




Relatório Semestral

Período de 10 de abril a
9 de outubro de 2022



OUVIDORIA

DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



OUVIDORIA

DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL





OUVIDORIA
DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Relatório Semestral

Período de 10 de abril a 9 de outubro de 2022

Porto Alegre, novembro de 2022

Sumário

Expediente.....	6
Apresentação.....	7
Palavra da Ouvidora.....	8
Sobre a Ouvidoria-Geral da DPE/RS.....	11
Resumo das Atividades.....	13
Atendimentos Individuais.....	14
Relação com a Sociedade Civil Organizada.....	16
Relações Institucionais.....	18
Participação e Organização de Atividades.....	21
Aprimoramento Institucional.....	30
Calendário de Atividades.....	32

Expediente

Ouvidora-Geral da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul
Marina Ramos Dermmam

Servidores/as da Ouvidoria
Daniel Paulo Caye
Ercília Corrêa Freire Pinto

Estagiários/as
Eduardo Fraga Lemos
Leniz Costa
Janete Borges Pereira

Apresentação

Na forma do art. 3, IV, da Resolução CSDPE nº 02/2021, apresentamos o relatório semestral de atividades da Ouvidoria-Geral da DPE/RS.

Neste relatório, estão descritas as principais atividades desempenhadas entre o período de 10 de abril a 09 de outubro de 2022, que corresponde ao terceiro semestre de atividades do mandato da ouvidora Marina Dermmam.

Por meio deste documento os/as integrantes da instituição e os/as usuários/as do serviço público poderão acompanhar o trabalho realizado pela equipe da Ouvidoria-Geral, especialmente os dados sobre atendimento à população e a relação construída com a sociedade civil.

Desejamos a todos/as/es uma boa leitura e nos colocamos, como sempre, à disposição para o diálogo.

Equipe da Ouvidoria-Geral.

Passe livre para a democracia

Por Marina Dermmam



Dona Maria tem 64 anos e é cuidada pelos seus filhos, dado seu grave problema de saúde. Cada dia na casa de um, nunca sabe quando e onde estará. A família de João, desde a reintegração de posse da ocupação Lanceiros Negros, tem mudado de endereço com frequência ao longo destes cinco anos.

É semana de eleição e Dona Maria e João estão morando

temporariamente no Lami, mas ambos votam no Sarandi. Os dois, mesmo com vivências e visões de mundo opostas, sabem da importância do voto e nunca deixaram de comparecer às urnas. Só que por circunstâncias da vida, estão distantes mais de 40km de suas zonas eleitorais. Isso significa pegar, no mínimo, três conduções na ida e mais três na volta. São R\$ 28,80 só de passagens de ônibus para cada um, mas nenhum deles tem como cruzar a cidade sozinho e aí já se vão quase R\$ 60,00 reais do curto orçamento familiar.

Se fosse em outros tempos, isso não seria um problema, pois pelo menos o passe livre era garantido na cidade de Porto Alegre no dia das eleições. Só que agora ficaram sabendo, pelas redes sociais, que desde o ano passado isso não é mais um direito de quem mora na cidade.

Esse debate tomou conta da cidade. Afinal, para se garantir a democracia precisamos também ter os meios efetivos para que a participação popular, de fato, se efetive.

A Defensoria Pública agiu para garantir que a população efetivasse o seu direito ao voto. E isso ocorreu não apenas em Porto Alegre, mas em Pelotas, Canoas, Santa Maria, Rio Grande, Gravataí, Passo Fundo, Taquara, Bagé, Cachoeira do Sul, Imbé, Novo Hamburgo, Ijuí, Sapucaia do Sul, Alvorada etc. E o debate era tão real e necessário que tomou o Brasil.

A atuação da Defensoria encontrou eco no judiciário gaúcho. O Desembargador João Ricardo dos Santos Costa, relator da ACP proposta em Porto Alegre, ponderou que “inviabilizar que a população em situação de vulnerabilidade social da Capital do Estado consiga exercer o direito ao voto, representa grave violação aos direitos políticos, e pela via transversa, interferência no processo eleitoral, pois é fato público e notório que as seções de votação possuem alguns locais distantes”.

Exercer a democracia por meio do exercício do voto é um direito humano garantido lá na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Só que exercer esse direito nem sempre é simples, Dona Maria e João que o digam. Se não fosse a atuação rápida e exemplar da Defensoria Pública, eles e milhares de pessoas em situação de vulnerabilidade social não exerceriam seu direito ao voto. A fome aperta e é mais urgente. O arroz está caro, o feijão está caro e o transporte público mais ainda.

A Defensoria Pública, de forma incontestável, teve uma atuação importante na garantia de direitos. O Estado Democrático de Direito contou com a participação de milhões de brasileiros/as no primeiro e no segundo turno, tendo os/as eleitores/as chegado às urnas a pé, de carro ou de ônibus.

Sobre a Ouvidoria-Geral da DPE/RS

A Ouvidoria-Geral é um órgão auxiliar da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS), atuando no processo de interlocução entre o/a cidadão/ã e a instituição, garantindo que a manifestação dos/as usuários/as provoque a contínua melhoria dos padrões e mecanismos de eficiência dos serviços e das atividades desenvolvidas pela DPE/RS.

As atribuições da Ouvidoria-Geral encontram regramento na Lei Complementar Federal nº 80/94, na Lei Complementar Estadual nº 14.130/2012, na Lei Estadual nº 13.536/2010 e na Resolução nº 2/2011 do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado. A partir dessas diretrizes, nossa atuação está assentada em três pilares:

1. Auxiliar na promoção e valorização dos serviços prestados pela Defensoria Pública;
2. Auxiliar a Defensoria em suas relações interinstitucionais; e
3. Auxiliar a Defensoria no contato e articulação com a sociedade e seu público-alvo.

Uma ouvidoria externa propicia mecanismos de controle e participação social, abrindo canais de diálogo direto com a população assistida. Assim, nossa missão primeira é contribuir para que a Defensoria Pública cumpra sua atribuição constitucional de prestação de assistência jurídica e promoção dos direitos humanos, garantindo que haja uma adequada prestação de serviço público, o que inclui o diálogo com a sociedade civil.

Resumo das atividades

Atendimentos individuais

Compete à Ouvidoria receber e processar reclamações, sugestões, críticas, elogios ou quaisquer manifestações relativas ao atendimento da Defensoria Pública.

No nosso cotidiano de trabalho, chamamos esses atendimentos individuais de manifestações de ouvidoria. Durante o período somamos um total de 2.707 (dois mil setecentos e sete) atendimentos. Desse total, geramos 619 (seiscentos e dezenove) novos protocolos de manifestação de ouvidoria encaminhados às Defensorias Públicas Regionais, Defensoras e Defensores Públicos e/ou servidores/as.

Destacamos, outrossim, o crescimento do número de atendimentos presenciais, que passou de 26 para 407. Nesse particular, vale

2.707
Total de atendimentos

619
Abertura de expediente
administrativos

ressaltar o acolhimento realizado pela equipe da ouvidoria durante o atendimento, pautado na humanização e na prestação de um serviço de qualidade.

Manifestações Atendimentos

<i>E-mail</i>	1.073
Telefone	1.227
Presencial	407
TOTAL	2.707
Pedidos de Informações	1.879
Reclamações	767
Sugestões	3
Elogios	11
Denúncias	28
Outros	19
Novos Protocolos*	619

*Abertura de expediente administrativo

Fonte: Equipe da Ouvidoria da DPE/RS

Relação com a Sociedade Civil Organizada

A Ouvidoria-Geral, no seu papel de promoção da interlocução da Defensoria com a sociedade civil, realizou diálogos com movimentos populares e organizações sociais dos mais diversos segmentos, como povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, pecuaristas familiares, povo de terreiro e ciganos), movimento de mulheres, LGBTIA+, ambientalistas, migrantes e refugiadas, entidades que atuam na pauta da infância e da juventude, organizações de luta pela moradia entre outros.

Auxiliamos estes coletivos a acessar a Defensoria Pública, especialmente os núcleos especializados e as diretorias regionais das unidades da DPE, para apresentar suas demandas e viabilizar

o atendimento a essas comunidades e coletivos organizados.

Exemplo dessas articulações ocorreram na pauta da moradia, especialmente com a Campanha Despejo Zero, e com comunidades indígenas que sofrem ameaças em seus territórios.

Campanha Despejo Zero

A Campanha Despejo Zero é uma ação nacional de entidades e movimentos sociais que lutam pelo direito à moradia e que pautam o debate público sobre as violações de direitos causadas por decisões (judiciais e administrativas) que acabam por desabrigar famílias e comunidades.

Pela Ouvidoria-Geral acompanhamos a missão da Campanha Despejo Zero, realizada durante o Fórum Social Mundial das Resistências, em que foram realizadas visitas em 12 comunidades vivendo em territórios de ocupações urbanas da capital e região metropolitana. A missão, organizada por movimentos sociais,

buscou avaliar “*in loco*” a situação das ocupações e colher denúncias sobre violações de direitos. Ao final da ação foi realizada audiência pública na Assembleia Legislativa, com a participação de deputados/as, líderes comunitários, representantes do Conselho Estadual de Direitos Humanos e organizações sociais.

No âmbito do Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas, organizamos importante reunião de articulação entre a Campanha Despejo Zero, o Conselho Nacional de Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (CONDEGE), a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP), o Colégio Nacional dos Corregedores das Defensorias Públicas Estaduais e do Distrito Federal (CNCG) e o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH).

Indígenas

Construímos e participamos de várias ações para promoção e garantia de direitos dos nossos povos originários. Especial destaque à organização

do curso Instituições do Sistema de Justiça e os Desafios na Efetivação dos Direitos dos Povos Indígenas (pormenorizado adiante) e participação na reunião de trabalho coordenada pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa sobre a situação de comunidades indígenas em áreas da CEEE.

Junto à comunidade indígena da TI Guarita articulamos diversas ações, sempre em parceria com a Defensora Pública responsável, para superar os conflitos locais causados pela interferência externa advinda do interesse pelos ganhos com o arrendamento de terras indígenas. Depois de muito diálogo local e institucional, vivenciamos um momento histórico, que foi a realização do evento, organizado pelas lideranças da Terra Indígena Guarita, “Meu Corpo, Meu Território”. O encontro discutiu a violência de gênero, sexual e infantil dentro do contexto indígena. Para tanto, estiveram presentes lideranças indígenas, representantes da Defensoria Pública, FUNAI, EMATER, Ministério Público, dentre outros.

Relações Institucionais

A Ouvidoria-Geral tem se empenhado em aprimorar o diálogo com as instituições, em âmbito estadual e nacional. Essas relações se estabelecem tanto no diálogo permanente com conselhos de direito, especial destaque às parcerias estabelecidas com Conselho Estadual dos Direitos Humanos (CEDH), Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CO-DENE), Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI), Conselho Nacional de Segurança Alimentar do RS (CONSEA-RS), e Conselho do Povo de Terreiro (CPTERS), bem como pela participação efetiva em espaços institucionais como a Comissão Especial de Participação Social do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), o Comitê Estadual Contra a Tortura (CECT/RS) e o Fórum de Combate à

Intolerância e ao Discurso de Ódio (FCI).

No mês de agosto, a ouvidoria participou do Encontro de Intercâmbio de Iniciativas de Ouvidorias, evento que reuniu representantes das ouvidorias da Defensoria Pública, Conselho Nacional de Justiça, Tribunal de Justiça, Tribunal Federal da 4ª Região, Ministério Público, Tribunal de Contas, Polícia Civil, dentre outros. O evento marcou o início da articulação desses órgãos, em âmbito estadual, para estruturar ações conjuntas em prol da transparência pública e do controle social.

Ainda sobre a relação institucional com as demais ouvidorias, estabelecemos junto à Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, o popular Disque 100, fluxo para recebimento e processamento de denúncias junto à Defensoria Pública. Nestes meses já recebemos, por meio da nova parceria, 70 (setenta) denúncias.

Nesse semestre, também fomos escutados pela ONG Transparência Brasil, coordenadora

do projeto “Mais Defensoria, Acesso à Justiça e Vulnerabilidades”, para colaborar com o projeto, cujo objetivo é o aperfeiçoamento do modelo de governança das Defensorias Públicas.

Ações Afirmativas

Especial destaque, ainda, à articulação feita entre universidades, movimento LGBTIA+ e Conselho Superior da Defensoria Pública para debater a regulamentação de ações afirmativas para pessoas transgêneras nos concursos públicos da DPE/RS. O processo, sob a relatoria da Defensora Pública Conselheira Alessandra Quines, foi pautado na reunião ordinária de agosto. Em seu parecer, a conselheira-relatora buscou valorizar o diálogo com os movimentos sociais, bem como se apoiar em experiências de instituições que já garantem cotas às pessoas trans.

“ Na minha atuação como conselheira superior trabalhei sempre em parceria com a Ouvidoria-Geral, pois considero a melhor forma de inserir nas decisões do nosso órgão colegiado a participação efetiva da sociedade civil. Foi particularmente marcante o caso de um importante expediente que esteve sob minha relatoria – o expediente que regulamentou as comissões de ingresso para cotas nos concursos da DPE – em cuja discussão conseguimos, por meio do trabalho de articulação da Ouvidora-Geral Marina Dermmam, inserir um amplo diálogo com os movimentos sociais representativos das populações interessadas: população negra, indígenas, pessoas com deficiência e pessoas trans. Entendo que a garantia de uma boa decisão em termos da política pública passa necessariamente pelo diálogo aberto e franco com as pessoas diretamente afetadas pela política, o que a Defensoria Pública do Estado do RS tem conseguido obter de forma muito efetiva por meio da sua atual Ouvidoria-Geral.”



Alessandra Quines
Defensora Pública,
Conselheira superior
no biênio 2020/2022



“A reunião com a Defensoria para pensar as cotas para pessoas trans e travestis no serviço público não só foi um passo importante da existência de conversa com as nossas comunidades, como também para a promoção de equidade social e política de pessoas trans e travestis. Estamos falando também da promoção de direitos básicos, de acesso ao trabalho, visto que pessoas trans e travestis, especialmente quando negras, possuem acesso precário a políticas públicas, à saúde, educação e trabalho, devido a violências estruturais e institucionais que permeiam suas vidas, como o racismo e a transfobia, por exemplo. Estes são os grupos em que mais há evasão escolar e desemprego. Precisamos promover a cidadania para pessoas trans, travestis e negras. Acredito que a participação social, juntamente da Defensoria, se faz necessária.”

Vicent Pereira Goulart, Ativista trans e psicólogo. Membro do Comitê Técnico de Saúde LGBT do RS (Secretaria Estadual de Saúde/RS).



“O diálogo sobre ações afirmativas voltadas às pessoas trans e travestis, estabelecido entre a Defensoria, movimentos sociais e outras instituições públicas mostra a importância da política afirmativa e da experiência acumulada. Isso quebra a unilateralidade das ações, tende a construir uma política realmente afirmativa e representativa. Ouvir as pessoas e entender suas realidades e contextos é parte indissociável para a construção de algo realmente eficaz. A reunião que fizemos com a Defensoria para pensar as cotas para pessoas trans e travestis no serviço público foi um passo importante na caminhada e a coordenação do PPG em história da UFRGS sentiu-se muito prestigiada com o convite. O resultado da reunião e a concretização desta política será um avanço muito importante na promoção de uma sociedade mais justa e democrática.”

Igor Salomão Teixeira, Professor e coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS.

Participação e Organização de Atividades

A Ouvidoria desenvolveu atividades de debates e rodas de conversa virtuais em parceria com a Associação de Defensoras e Defensores Públicos do Estado (ADPERGS), Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul (FESDEP), Núcleo de Defesa da Diversidade Sexual e de Gênero da Defensoria Pública do RS (NU-DIVERSI), Fórum Justiça, ColetivA Mulheres Defensoras Públicas, Defensores/as pela Democracia, Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH/RS), Geledés – Instituto da Mulher Negra, Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (RENAFRO), dentre outros.

Entre os dias 19/04/22 e 12/05/22, a Ouvidoria promoveu o curso **Instituições do Sistema de Justiça e os Desafios na Efetivação dos Direitos dos Povos Indígenas**, que abordou temas como o papel das Defensorias Públicas Estaduais e da União na defesa dos direitos das populações indígenas; atuações interinstitucionais na defesa dos direitos e garantias dos povos originários; o direito à Consulta e Consentimento Livre, Prévio e informado; as violações ocorridas durante a Ditadura Civil-Militar contra indígenas; e a proteção de direitos no ordenamento jurídico nacional e internacional, com especial enfoque nas causas existentes no sistema internacional de direitos humanos e na Resolução nº 287/2019, do CNJ.

O curso foi uma parceria com a Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul (FESDEP); Fórum Justiça (FJ); Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS); Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB); Rede Na-

Aponte sua câmera para esse QR Code e acesse o site com as aulas do curso “Instituições do Sistema de Justiça e os Desafios na Efetivação dos Direitos dos Povos Indígenas”.



cional de Advogadas e Advogados Populares (RENAP); Conselho Indígena Missionário (CIMI); Fundação Luterana de Diaconia – Conselho de Missão entre Povos Indígenas (FLD-COMIN); Observatório Protocolo de Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado; e Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas.

Durante as atividades do Fórum Social Mundial Justiça e Democracia a Ouvidoria organizou duas importantes atividades.

A primeira, realizada em parceria com o Fórum Justiça, Associação de Defensoras e Defensores Públicos do Estado (ADPERGS), Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH/RS), Associação Nacional do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência (AMPID) e Defensores/as pela Democracia, foi a oficina **Dos Conselhos de Direitos ao Sistema de Justiça: superando as aparências democráticas**. O debate teve como foco a composição dos conselhos de direitos (nacionais, estadu-



ais e municipais), a falta de representatividade da sociedade civil no cenário de desmonte público das políticas de participação social e as estratégias para garantir a participação dos/as conselheiros/as da sociedade civil organizada.

A segunda, em parceria com a Associação de Defensoras e Defensores Públicos do Estado (ADPERGS), Fórum Justiça e Coletiva Mulheres Defensoras Públicas, foi a **Roda de Conversa com Comunidades Tradicionais**. Durante a atividade, as representações das comunidades puderam expor aos/às presentes os temas urgentes da defesa dos direitos dos povos tradicionais, como saúde, território, educação e políticas públicas.



No mês de junho, realizamos, em parceria com a Defensoria Pública e com a Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul (FESDEP), o curso **Atuação da Defensoria Pública na questão ambiental**. O debate, facilitado pela Defensora Pública Andreia Gasparini (DPE/RS) e pelo Defensor Público José Augusto Garcia (DPE/RJ), refletiu sobre o papel da instituição na defesa do meio ambiente a partir de exemplos de litigâncias já patrocinadas por Defensorias Públicas brasileiras.

Em parceria com a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), o Geledés – Instituto da Mulher Negra, a Rede Na-

cional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (RENAFRO) e a Associação de Defensoras e Defensores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul (ADPERGS), organizamos a **Audiência Pública Primeira Infância no Centro: garantia do pleno desenvolvimento infantil a partir do enfrentamento ao racismo**. O evento, que ocorreu no dia 25/07/22, na Assembleia Legislativa, debateu a efetivação de políticas públicas para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade vivenciadas por crianças negras, indígenas, quilombolas e de terreiro desde os primeiros anos.

O **Grupo de Estudos sobre LGBTIA+** organizado e criado pela Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul (FESDEP), pelo Núcleo de Defesa da Diversidade Sexual e de Gênero da Defensoria Pública do RS (NUDIVERSI) e pela Ouvidoria da Defensoria Pública do RS tem por objetivo promover o diálogo, a pluralidade, a diversidade, o debate e o conhecimento acerca dos direitos LGBTIA+. Os encontros são mensais, entre os meses de agosto a janeiro, com inscrições ainda abertas pelo site da FESDEP.

No período do presente relatório, já foram realizados dois encontros, o primeiro em



30/08/22, em referência ao mês da visibilidade lésbica, contou com a participação da Defensora Pública Vanessa Alves Vieira (DPE/SP), da ex-servidora pública da DPE/RS, Enaê Kumer, e das ativistas Cris Bruel (Coletivo Feminino Plural) e Roselaine Dias da Silva (Rede LesBi Brasil). O segundo encontro do Grupo de Estudos, em 27/09/22, debateu temas relacionados à bissexualidade e à pansexualidade. O diálogo foi facilitado pelo professor Fernando Seffner (PPGEGU/UFRGS), pela pedagoga Karine Hentges (FASE) e pelos/as ativistas Bruno Moraes e Stéfani Meneguette (VA.LI).

“Acompanhei a Ouvidoria-Geral da DPRS em uma atividade da Campanha Despejo Zero, ouvindo comunidades em risco de remoção e com demandas concretas e urgentes de acesso à saúde e à regularização fundiária de atribuição defensorial. No dia subsequente, após um profundo debate sobre conselhos de direitos, puxada pelo Fórum Justiça e que ganhou importantes aportes da plenária composta pela Ouvidoria-Geral da DPRS, na ADPERGS, seguiu-se uma roda de conversa no mesmo local da qual participei enquanto integrante do Fórum Justiça e defensora pública do RJ e que foi provocada pela Ouvidoria-Geral da DPRS, demonstrando sua profunda articulação com os movimentos sociais de comunidades e povos tradicionais. A potência das trocas foi registrada em audiovisual, no Instagram da Coletiva Mulheres Defensoras Públicas do Brasil.”



Patricia Magno
Defensora Pública/RJ,
integrante fundadora
do Fórum Justiça
e integrante da
Coletiva Mulheres
Defensoras do Brasil.



“O intuito da atividade foi debater as composições dos conselhos de direitos, a representatividade da sociedade civil e refletir criticamente sobre espaços de participação social nas diversas esferas de poderes. A democracia, as instituições se fortalecem com a maior participação social e se perceber a necessidade de se aprimorar e ampliar mecanismo que garantam as contribuições dos diversos olhares da sociedade e controle social. Isto dá mais efetividade e legitimidade às políticas públicas, visando sempre a diminuição das desigualdades sociais e direitos humanos fundamentais. A ideia é que se fomenta processos de inclusão da pluralidade existente no país.”

Rodrigo de Medeiros Silva, Conselheiro do CEDH-RS pelo Fórum Justiça.



“Quando temos uma oportunidade importante como essa de desmistificar tabus, contar nossa história de caminhada contra a desigualdade Racial e a tentativa de inclusão social, sempre ficamos felizes, pois é a voz dos Povos protagonistas de suas histórias e não dos acadêmicos. Debater numa Roda de Conversa sobre a situação dos Povos e Comunidades Tradicionais com a Ouvidoria e a Defensoria abre mais portas para que a sociedade civil aceite as diferenças, nos ajude nas políticas públicas e a combater as violações dos nossos direitos. A Ouvidoria/Defensoria do RS na pessoa da Dr^a Marina Dermmam sempre nos deu atenção e nos ajudou a resolvermos situações diversas.”

Cigana Rose Winter - Etnia Sinti, Gestora do Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa/Presidenta da Associação Ciganos Itinerantes do Rio Grande do Sul/Pastoral dos Nômades do Brasil/Coordenadora do Colegiado de Culturas Populares do Rio Grande do Sul.





Aprimoramento Institucional

Aprimoramento Institucional

Os números deste semestre evidenciam um aumento substancial no atendimento presencial da ouvidoria, o que tem sido um grande desafio na dinâmica da nossa equipe, principalmente por trabalharmos em regime de escala para garantir o funcionamento ininterrupto de 10 horas de trabalho diário.

Nossa maior dificuldade, entretanto, não é só o cansaço (físico e mental) gerado pela grande demanda de trabalho. O grande desafio é garantir um atendimento humanizado na Ouvidoria-Geral, pois sabemos que o/a assistido/a que nos procura, muitas das vezes, está tentando romper um ciclo de violação de direitos.

Não é fácil aos/às usuários/as da Defensoria Pública, em muitos dos casos, se perceber enquanto sujeito de direitos. Muitos buscam a instituição para romper um ciclo de violência, para lutar por moradia ou garantir sua liberdade. Realizar uma escuta ativa, com o devido acolhimento, demanda tempo (e também muita paciência) da nossa equipe.

A Ouvidoria-Geral, mais do que um balcão de reclamações, é um espaço de acolhimento. Nosso trabalho é colocar assistidos/as, servidores/as e defensores/as em diálogo, buscando sempre o aprimoramento dos serviços prestados. E a construção desse laço deve ser em um ambiente de escuta acolhedora e qualificada. Para tanto, necessitamos de maior suporte em recursos humanos para garantir a prestação do melhor atendimento possível.

Calendário de atividades

Período de 10 de abril a
9 de outubro de 2022



Abril

DATA	AGENDA
09 e 10 04/22	Seminário Nacional Direitos da Natureza e o Papel do Sistema de Justiça Frente às Mudanças Climáticas;
11 à 13 04/22	Reunião Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas;
14/04/22	Reunião com Núcleo de Defesa em Execução Penal (NUDEP) e Comitê Estadual de Combate à Tortura (CECT-RS);
19/04/22	Reunião Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH-RS);
20/04/22	Reunião com SINDPERS;
20/04/22	Reunião com FESDEP e Núcleo de Defesa Ambiental (NUDAM)
20/04/22	Reunião Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e Ministério Público Federal;
22/04/22	Reunião Grupo de Apoio do Projeto Sementes de Proteção RS;
25/04/22	Reunião preparatória à missão da Campanha Despejo Zero;
27/04/22	Atividades Fórum Social Justiça e Democracia “Dos Conselhos de Direitos ao Sistema de Justiça: superando as aparências democráticas”;



Abril

DATA AGENDA

- 27/04/22 Atividades Fórum Social Justiça e Democracia “Roda de Conversa com Comunidades Tradicionais”;
- 28/04/22 Reunião DPE Pelotas e comunidade quilombola Vó Ernestina;
- 28/04/22 Atividade do Comitê de Combate à Violência Política no Fórum Social das Resistências;
- 29/04/22 I JORNADA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA | SÃO LEOPOLDO – RS, componente da mesa “Câmara de Mediação de Conflitos e as implicações da Regularização Fundiária na vida das moradoras: dos direitos aos deveres”;



Maio

DATA AGENDA

- 04/05/22 Reunião com Professora Lígia Madeira – UFRGS;
- 05/05/22 Reunião Fórum Permanente de Combate à Intolerância e ao Discurso de Ódio (FCI);
- 06/05/22 Reunião FESDEP e Núcleo Ambiental;
- 09/05/22 Reunião Conselho Nacional de Ouvidorias Defensorias Públicas;
- 09/05/22 Abertura do XXIV R’Congo e Mostra da Cultura Negra;
- 10/05/22 Reunião Comitê Estadual de Combate à Tortura (CECT-RS);
- 10/05/22 Lançamento Relatório de Recomendações da Ouvidoria DPE/SP;
- 10/05/22 Curso Instituições do Sistema de Justiça e desafios na efetivação dos direitos dos povos indígenas;
- 12/05/22 Curso Instituições do Sistema de Justiça e desafios na efetivação dos direitos dos povos indígenas;
- 18/05/22 1º Evento Alusivo ao Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: “meu corpo, meu território” Terra Indígena Guarita – Tenente Portela;
- 23/05/22 Reunião Ordinária CSDPE nº 04/2022;



Maio

DATA AGENDA

- | | |
|----------|--|
| 26/05/22 | Sessão Solene do Congresso Nacional em Homenagem ao Dia Nacional da Defensoria Pública; |
| 27/05/22 | Reunião com Iya Gladis de Oyá; |
| 30/05/22 | 13ª Reunião da Comissão Especial de Participação Social – CNDH; |
| 31/05/22 | Reunião com a Defensora Natalia Piffero dos Santos (DPE Tapes) e representações das comunidades de terreiro; |



Junho

DATA AGENDA

- 02/06/22 Reunião Conselho Estadual de Combate à Tortura – CECT;
- 08/06/22 ATO EM DEFESA DA VIDA DAS MULHERES – Força-Tarefa de Combate aos Femicídios – Procuradoria Especial da Mulher – ALRS;
- 08/06/22 Reunião Fórum Justiça;
- 09/06/22 Reunião Conselho Estadual de Direitos Humanos – CEDH/RS;
- 10/06/22 Curso “Atuação da DPE na Questão Ambiental”;
- 14/06/22 V Colóquio Sobre Aborto Legal do RS;
- 15/06/22 Reunião Ouvidoria-Geral DPE/RJ;
- 15/06/22 Inauguração Cozinha Solidária da Azenha;
- 15/06/22 Reunião Grupo de Apoio do Projeto Sementes de Proteção RS;
- 17/06/22 Reunião SINDPERS e ANSDEPE;
- 20/06/22 Abertura Seminário de Humanização do Parto e Nascimento no RS;
- 20/06/22 Colóquio Sistema de Justiça e Sociedade: Marcos para a Redemocratização do Brasil – Fórum Justiça, ANADEP, Crioula, IPDMS, JUSTA;



Junho

DATA AGENDA

21/06/22 Manifestação Nacional Campanha Despejo Zero;

23/06/22 Ato de mobilização dos Povos Kaingang, Mbya Guarani, Charrua e Xokleng;

23/06/22 Reunião com DPE de Sapucaia do Sul, NUDDH, NUDECONTU, NUDIER, Conselho Estadual do Povo de Terreiro e representantes das casas de religião de Sapucaia do Sul;

23/06/22 Colóquio Sistema de Justiça e Sociedade: Marcos para a Redemocratização do Brasil – Fórum Justiça, ANADEP, Crioula, IPDMS, JUSTA;

27/06/22 Reunião com Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (RENAFRO) e ADPERGS;

28/06/22 Reunião do Conselho Estadual de Combate à Tortura (CECT/RS) e Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH/RS);

28/06/22 Reunião do Conselho Superior da Defensoria Pública;

29/06/22 Reunião conselho escolar do Instituto de Educação General Flores Da Cunha e Núcleo de Defesa do Consumidor e Tutelas Coletivas (Nudecontu);

30/06/22 Reunião Comissão Especial de Participação Social do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH);



Junho

DATA	AGENDA
------	--------

30/06/22	Reunião com Defensora Marta Tedesco Zanchi e Servidora Fernanda Holtz da Silva (UCAA);
----------	--

30/06/22	Reunião Fórum de Combate à Intolerância e Discurso de Ódio (FCI);
----------	---



Julho

DATA	AGENDA
01/07/22	Visita à Comunidade Farrapos – Zona Norte Porto Alegre;
04/07/22	Cerimônia de Posse da Ouvidora Maria Aparecida Lucca Caovilla – DPESC;
05/07/22	Reunião – Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos;
06/07/22	Reunião Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas;
21/07/22	Reunião Fórum Permanente de Combate à Intolerância e ao Discurso de Ódio (FCI);
25/07/22	Reunião da Comissão Especial de Participação Social do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH);
25/07/22	Audiência Pública Primeira Infância no Centro: garantindo o pleno desenvolvimento infantil a partir do enfrentamento ao racismo;
26/07/22	Reunião Ouvidoria-Geral DPE/SC;
27 e 28 de 07/22	VIII Conferência Estadual de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Rio Grande do Sul – Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do RS;



Agosto

DATA	AGENDA
04/08/22	Reunião FESDEP;
05/08/22	Reunião Fesdep e Núcleo de Defesa da Diversidade Sexual e de Gênero (Nudiversi);
10/08/22	Reunião Fesdep e Núcleo de Defesa da Diversidade Sexual e de Gênero (Nudiversi);
11/08/22	I Encontro Rede Brasileira de Educação em DH – Regional Sul;
12/08/22	Reunião da Banca de Práticas Exitosas do Congresso da ANADEP;
12/08/22	Formatura 6º Curso de Jovens Multiplicadoras de Cidadania (ONG Themis);
15 e 16 de 08/22	Evento “Desafios e estratégias para a garantia do direito de protesto durante as eleições de 2022” (ONG, art. 19);
15/08/22	Reunião com Associação de Doulas do Rio Grande do Sul (ADOSUL);
16/08/22	Reunião com Defensora Sabrina Backes de Souza (NUDEAM);
17/08/22	Reunião Comitê Estadual Intersetorial pela Primeira Infância (CEIPI-RS);
18/08/22	Reunião Conselho Estadual de Direitos Humanos – CEDH/RS;
19/08/22	Reunião da Banca de Práticas Exitosas do Congresso da ANADEP;



Agosto

DATA	AGENDA
22/08/22	ENCONTRO DE OUVIDORES – Ouvidoria do TJRS e Ouvidoria da Mulher do TJRS;
23/08/22	Evento do Informe Final da Comissão da Verdade da Colômbia;
25/08/22	A Proteção Social em Rede como Estratégia de Enfrentamento à Mortalidade de Adolescentes e Jovens;
25/08/22	Reunião Fórum Permanente de Combate à Intolerância e ao Discurso de Ódio (FCI);
26/08/22	Reunião com Coletivo de Proteção à Infância Voz Materna;
30/08/22	Grupo de Estudos LGBTIA+;



Setembro

DATA	AGENDA
01 e 02 de 09/22	6º Curso “A Liberdade de Religião ou Crença na Realização da Justiça” (AJURIS - CEDIRE/UFU - The Oslo Coalition on Freedom of Religion or Belief, da Universidade de Oslo – Noruega);
05/09/22	Posse Corregedoria-Geral DPERS – Corregedor Marcelo Turela de Almeida;
06/09/22	Reunião com Corregedoria DPE;
06/09/22	Entrevista com a ONG Transparência Brasil;
13/09/22	Reunião de trabalho da Comissão Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa para debater a situação de comunidades indígenas em terras da CEEE;
13/09/22	Reunião Procuradoria da Mulher da Assembleia Legislativa;
14/09/22	Reunião com Chefe de divisão de direitos humanos da embaixada dos EUA no Brasil;
15/09/22	Reunião Conselho Estadual de Direitos Humanos – CEDH/RS;
21/09/22	Webinar Contaminação por Agrotóxico: Denúncia, fiscalização e acesso à justiça (Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida);
22/09/22	Reunião Fórum estadual pelo aborto legal e Defensora Juliana Abdel (ANADEP);



Setembro

DATA	AGENDA
------	--------

23/09/22	Reunião Conselho Superior da DPERS;
----------	-------------------------------------

24/09/22	Evento Brasil à Venda: A privatização dos parques públicos no Brasil (Terra de Direitos e Amigos da Terra Brasil);
----------	--

27/09/22	Grupo de Estudos LGBTIA+;
----------	---------------------------

29/09/22	Reunião Professora Lígia Madeira UFRGS;
----------	---



Outubro

DATA

AGENDA

05 a 07 de
07/22

5º Encontro do Conselho Nacional de Ouvidorias de Defensorias Públicas Estaduais do Brasil;

07/10/22

Reunião com ONG Themis e Fundação Womanity;

10/10/22

Reunião com Vereador Matheus Gomes, Subdefensoria-Geral para Assuntos Jurídicos e Associação de Defensoras e Defensores Públicos do Estado – ADPERGS.



OUVIDORIA

DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL